

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025**

KPDS 1474803

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Roberto Bassi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código F498-0F3D-65D7-7441.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Roberto Bassi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código F498-0F3D-65D7-7441.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Teodoro Sampaio – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atvos Bioenergia Alcídia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atvos Bioenergia Alcídia S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Roberto Bassi.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código F498-0F3D-65D7-7441.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Roberto Bassi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código F498-0F3D-65D7-7441.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 1b, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de julho de 2024. Os ajustes descritos na referida nota explicativa 1b sobre os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2024 não foram auditados por nós e nem por outros auditores independentes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre tais valores correspondentes ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

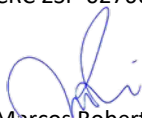
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	49.431	42.578
Contas a receber de clientes	6	76.302	1.081
Estoques e Adiantamentos a fornecedores	7	795	8.417
Ativo biológico	8	-	15.956
Tributos a recuperar	9	2.292	1.265
Partes relacionadas	10 (a)	24	68.453
Outros créditos		678	155
Total do ativo circulante		129.522	137.905
Ativo não circulante			
Estoques e Adiantamentos a fornecedores	7	-	13.921
Tributos a recuperar	9	3.602	3.654
Depósitos judiciais	23 (c)	1.577	3.730
Outros créditos		65	749
		5.244	22.054
Investimentos	11	3.592	3.125
Imobilizado	12	80.422	163.536
Direito de uso	14 (a)	-	68.770
Intangível	13	33.513	80.600
Total do ativo não circulante		122.771	338.085
Total do ativo		252.293	475.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Balanços patrimoniais 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024 (Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	15	5.428	5.787
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	15	406	121
Empréstimos e financiamentos	16	1.509	1.472
Passivos de arrendamento	14 (b)	-	11.558
Salários e encargos	17	1.294	2.394
Tributos a recolher	18	495	319
Adiantamentos de clientes		36	133
Partes relacionadas	10 (a)	19.908	19.948
Outros débitos		-	2.073
Total do passivo circulante		29.076	43.805
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	15	419	121
Empréstimos e financiamentos	16	4.398	5.676
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹	16	79.257	65.649
Passivos de arrendamento	14 (b)	-	61.679
Tributos a recolher	18	288	264
Provisão para contingências	23 (a)	3.019	10.348
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	21 (a)	9.647	9.703
Partes relacionadas	10 (a)	-	438.785
Outros débitos		5.445	9.511
Total do passivo não circulante		102.473	601.736
Total do passivo		131.549	645.541
Patrimônio líquido	19		
Capital social		1.797.994	1.413.374
Reservas de capital		-	111.600
Prejuízos acumulados		(1.677.250)	(1.694.525)
Total do patrimônio líquido		120.744	(169.551)
Total do passivo e do patrimônio líquido		252.293	475.990

¹ Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	24	73.012	94.812
Custo dos produtos e serviços vendidos	25	(98.079)	(102.430)
Prejuízo bruto		(25.067)	(7.618)
Despesas com vendas	25	(2)	(5)
Receitas (despesas) administrativas e gerais, líquidas	25	(2.951)	(6.212)
Resultado de participações societárias	11	467	373
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(47.107)	(6.536)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(74.660)	(19.998)
Receitas financeiras	27	11.469	121.836
Despesas financeiras	27	(31.191)	(87.428)
Resultado financeiro, líquido		(19.722)	34.408
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(94.382)	14.410
Imposto de renda e contribuição social correntes	21 (b)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	57	(8.802)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(94.325)	5.608
(Prejuízo) lucro básico por ação – em Reais	19 (e)	(23.581,25)	1.869,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
		(Reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(94.325)	5.608
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(94.325)	5.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2023		1.381.539	111.600	(1.700.133)	(206.994)
Aumento de capital	19(a)	31.835	-	-	31.835
Lucro líquido do exercício		-	-	5.608	5.608
Saldos em 31 de março de 2024 (Reapresentado)		1.413.374	111.600	(1.694.525)	(169.551)
Aumento de capital	19(a)	384.620	-	-	384.620
Baixa reserva especial de ágio	13(i)	-	(111.600)	111.600	-
Prejuízo do exercício		-	-	(94.325)	(94.325)
Saldos em 31 de março de 2025		1.797.994	-	(1.677.250)	120.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(94.325)	5.608
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos)	25	69.897	76.138
Variação no valor justo de ativos biológicos	8 e 25	(6.044)	(3.284)
Resultado de participações societárias	11	(467)	(373)
Resultado de ativo imobilizado baixado	12	54.382	519
Resultado de ativo intangível baixado	13	40.652	-
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	16	12.308	13.596
Amortização (baixa) de custos de transação		-	1.140
Ajuste a valor presente sobre passivos de arrendamento	14 (b)	4.938	2.840
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas		85	533
Imposto de renda e contribuição social		(57)	9.703
Provisão para redução ao valor de realização líquida		(859)	(42)
Perda estimada com realização de impostos líquida		(232)	(258)
Deságio pela amortização integral da dívida e efeito aditivo PRJ		-	(5.100)
Ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ, líquido	16	2.001	(37.483)
		82.279	63.537
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(75.221)	2.880
Estoques e adiantamentos a fornecedores		19.371	5.179
Tributos a recuperar		(743)	(584)
Depósitos judiciais		2.153	1.360
Outros créditos		224	522
Fornecedores		224	(4.006)
Salários e encargos		(1.100)	558
Tributos a recolher		200	159
Tributos parcelados		-	(80)
Provisão para contingências - liquidações		(7.414)	(1.775)
Adiantamento de clientes		(97)	(628)
Outros débitos		(6.139)	(3.220)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		13.737	63.902
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(542)	(4.134)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	14 (b)	(8.807)	(6.766)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		4.388	53.002
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Partes relacionadas		14.190	27.697
Vendas de ativos		13.681	-
Aquisições do imobilizado	12	(12)	(7)
Novas plantações de ativos biológicos	12	(5.006)	(6.106)
Tratos culturais de ativo biológicos	8	(7.637)	(12.673)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento		15.216	8.911
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas - principal	14(b)	(11.351)	(17.568)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	16	(1.400)	(1.901)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento		(12.751)	(19.469)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6.853	42.444
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		42.578	134
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		49.431	42.578
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6.853	42.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

- (a) A Atvos Bioenergia Alcídia S.A. (adiante referida como “Alcídia” ou “Companhia”), localizado no município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, tendo como objeto social a exploração, importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica.

A controladora direta da Companhia é a Atvos Agroindustrial Participações S.A., a qual detêm 100% do capital social da Companhia, e tem como controlador final a Soneva Partners Participações Ltda. (“Soneva Partners”).

A Companhia é parte relacionada do grupo econômico Atvos, podendo utilizar dos recursos administrativos, financeiros e tecnológicos desse grupo, além de parte substancial de suas operações serem efetuadas com partes relacionadas. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

A Companhia apresentou prejuízo de R\$94.325 no exercício corrente (lucro de R\$5.608 no ano anterior). A Companhia encontra-se hibernada e possui caixa suficiente para manter-se operando por alguns anos. Caso necessário, a Companhia conta também com o suporte financeiro de sua acionista para o cumprimento de suas obrigações.

A Companhia, sua controladora direta Atvos Agroindustrial Participações, e as demais empresas do grupo, Brenco, Pontal, Rio Claro, Santa Luzia, Eldorado e Conquista do Pontal apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem a Companhia e demais empresas do Grupo Atvos atuam conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019, a qual tem efeito retroativo à data da distribuição do Pedido. O Grupo Atvos apresentou tempestivamente a versão final do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) nos autos do processo, e, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) realizada em 20 de maio de 2020 colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de sete Recuperandas, sendo apenas a recuperação judicial das Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas.

No dia 17 de agosto de 2020, o juízo competente concedeu a recuperação judicial do Grupo Atvos, tendo sido aprovado um Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Planos Individuais para as Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal. A referida decisão foi publicada em 20 de agosto de 2020.

Em 15 de setembro de 2023, o juízo competente proferiu decisão decretando o encerramento da recuperação judicial do Grupo Atvos, bem como homologou os Aditamentos aos Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas, os quais previram (i) uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores), quanto para os credores financeiros (bancos), alongando o prazo para pagamento da dívida remanescente até dezembro de 2042; (ii) os termos e condições para realização de novo investimento; e (iii) as regras de gestão do Grupo Atvos, após a troca de controle. Tal decisão foi publicada em 20 de setembro de 2023.

Informações adicionais a respeito dos Planos de Recuperação Judicial foram divulgadas nas notas explicativas nº 15 e 16.

(b) Retificação de erros

Durante o exercício de 2025, a administração da Companhia realizou a revisão do valor justo apurado no desconhecimento da dívida e o novo reconhecimento de empréstimos decorrente das movimentações do plano de recuperação judicial, conforme nota explicativa 16, e identificou ajustes e reclassificações que afetam o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, demonstrações da mutação do patrimônio líquido e demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de março de 2024. Consequentemente, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras correspondentes a esse exercício corrente de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas contábeis e correção de erros.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras :

	Anteriormente apresentado 2024	Ajustes (não auditado)	Reapresentado (não auditado) 2024
Balanço Patrimonial			
Total de ativos	475.990	-	475.990
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹ (não circulante)	70.367	(4.718)	65.649
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	8.580	1.123	9.703
Outros	570.189	-	570.189
Total de passivos	649.136	(3.595)	645.541
Prejuízos acumulados	(1.698.120)	3.595	(1.694.525)
Outros	1.524.974	-	1.524.974
Total do patrimônio líquido	(173.146)	3.595	(169.551)
Total do passivo e do patrimônio líquido	475.990	-	475.990
Demonstrações do resultado do exercício			
Receitas financeiras	116.984	4.852	121.836
Despesas financeiras	(87.294)	(134)	(87.428)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.679)	(1.123)	(8.802)
Outros	(19.998)	-	(19.998)
Lucro líquido	2.013	3.595	5.608
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Saldos em 1º de abril de 2023	(206.994)	-	(206.994)
Lucro líquido do exercício	2.013	3.595	5.608
Outros	31.835	-	31.835
Total do patrimônio líquido em 31 de março de 2024	(173.146)	3.595	(169.551)
Demonstrações do resultado abrangente			
Resultado abrangente do exercício	2.013	3.595	5.608

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de março de 2024.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo as mudanças, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 27 de junho de 2025.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: 11- Investimentos em sociedades controladas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 3.2(L) e 8.

Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 3.2(J) e 13.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação.

Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 23.

Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 14.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 29 - Instrumentos financeiros.

2.3 Mudança nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Em 31 de março de 2025, não foram observados efeitos sobre as demonstrações financeiras.

3 Políticas contábeis

3.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

3.2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, “Juros passivos”, “Variação cambial passiva (ou ativa)” e “Variação monetária passiva (ou ativa)”. Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de “Receitas financeiras”, nas rubricas, “Rendimento com aplicações financeiras”, conforme Nota 27.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

c. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de “Receitas e despesas financeiras” na rubrica “Ajuste a valor de mercado” (Nota 27).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de “Outras despesas operacionais, líquidas” como “Ganhos e perdas de títulos de investimento”.

Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de “Receitas e despesas financeiras”, na rubrica “Outras receitas (despesas) financeiras”.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

d. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial”. A Companhia não adota a prática contábil de *hedge accounting*, uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas do Grupo Atvos e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política nas demonstrações individuais das controladas do Grupo Atvos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação.

A Companhia pode designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como:

- *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de riscos e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Os financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge accounting* são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante.

Para propósito de *hedge*, a Companhia ampara-se na Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. Conforme a Política, periodicamente são realizados testes prospectivos com o objetivo de comprovar a efetividade das operações.

a. *Hedge de valor justo*

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo quando e se contratadas, são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco "*hedgado*". A Companhia só pode aplicar a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swap* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento.

b. *Hedge de fluxo de caixa*

As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, que foram designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*).

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente refletida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício (Nota 27).

c. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos podem não se qualificar para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício.

e. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

f. Estoques e adiantamentos a fornecedores

São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização.

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

Os gastos com manutenção, que aumentam a vida útil dos ativos por mais um ano e desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

Créditos de descarbonização (CBIOS) é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de Custo dos produtos vendidos.

Após a mensuração inicial, o CBIOS, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do CBIOS e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

g. Depósitos judiciais

Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

h. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda encontram-se registrados na rubrica Outros créditos, no ativo não circulante.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

i. Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e são representados pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

b. Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo.

c. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de amortização	
	2025	2024
Outorga e leilão de energia	3,61	4,12
Software	20,00	20,00

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação.

As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita.

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte, para as manutenções anuais.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação	
	2025	2024
Equipamentos e instalações industriais	4,33	4,49
Edifícios e benfeitorias	3,92	4,09
Planta portadora	16,67	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	10,62	10,30
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,33	8,33
Terras	N/A	N/A
Móveis e utensílios	6,59	7,38
Veículos	7,31	8,46
Equipamentos de informática	11,11	11,20

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

k. Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos.

l. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

m. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

o. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira.

p. Provisões para processos judiciais

A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e, de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente de 34%. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

r. Reconhecimento de receita

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito.

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 24.

A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

s. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreende:

- receita de juros e variações monetárias;
- despesa de juros e variações monetárias;
- rendimento sobre aplicações financeiras e caixa restrito;
- descontos obtidos e concedidos;
- o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

t. *Direito de uso e passivos de arrendamento*

A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma.

u. *Adiantamentos de clientes*

Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

v. *Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*

Compostas, principalmente, pela venda de ativos imobilizados e por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).

w. *Benefícios à empregados*

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

x. *Capital social*

Ações ordinárias

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 19.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme nota explicativa nº 19.

4 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2024). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Rendimento anual	2025	Rendimento anual	2024
Caixa e bancos - no Brasil		25		36
Aplicações financeiras: no Brasil:				
CDBs	99,90% CDI	28.210	99,90% CDI	42.515
Fundos de investimento (i)	103,34% CDI	21.196	-	27
		49.406		42.542
		<u>49.431</u>		<u>42.578</u>

- (i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 29.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Nota	2025	2024
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional):			
- de partes relacionadas	10 (a)	76.302	1.081
Ativo circulante		<u>76.302</u>	<u>1.081</u>

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes:

A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	2025	2024
A vencer:	72.638	-
Vencidos:		
- até 30 dias	618	-
- de 31 a 60 dias	1.302	-
- acima de 360 dias	1.744	1.081
	<u>3.664</u>	<u>1.081</u>
	<u>76.302</u>	<u>1.081</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida.

Em 31 de março de 2025 e 2024, a administração da Companhia concluiu pela não necessidade de constituição da referida provisão.

7 Estoques e adiantamentos a fornecedores

	2025	2024
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (i)	-	17.392
Custos a apropriar do período de entressafra (ii)	-	2.656
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (iii)	795	2.290
	<u>795</u>	<u>22.338</u>
Ativo circulante	795	8.417
Ativo não circulante (adiantamentos a fornecedores)	-	13.921

- (i) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar (matéria prima) desses parceiros. No decorrer da safra 24/25 a Companhia vendeu sua lavoura para a sua parte relacionada, Conquista do Pontal.
- (ii) Referem-se a gastos com manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte. No decorrer da safra 24/25 a Companhia vendeu sua lavoura para a sua parte relacionada, Conquista do Pontal.
- (iii) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo.

Em 31 de março de 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica “Custo dos produtos vendidos”:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(1.398)	(1.440)
Adições	(353)	(1.398)
Reversões	1.212	1.440
Saldo no final do exercício	<u>(539)</u>	<u>(1.398)</u>

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação.

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras.

A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável (“ATR”)) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar.

Em 31 de março de 2025 e 2024, as principais premissas foram utilizadas na determinação valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo foram:

	2025 (i)	2024
Área total estimada de colheita (ha)	-	4.692
Produtividade prevista (ton/ha)	-	68,54
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	-	136,27
Preço médio projetado de ATR (R\$)	-	1,1689

- (i) No decorrer da safra 24/25 a Companhia vendeu sua lavoura para a sua parte relacionada, Conquista do Pontal.

Em 31 de março de 2024, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos era de 8,23% a.a. O aumento da taxa de desconto impacta na redução do valor justo dos ativos biológicos. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras atuais.

a. Composição

	2025		2024	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	-	-	-	12.672
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	-	-	-	3.284
	-	-	-	15.956

b. Movimentação do ativo biológico

	2025		2024	
	Cana-de-açúcar	Total	Cana-de-açúcar	Total
Saldo inicial dos ativos biológicos	15.956	15.956	6.807	6.807
Aumentos decorrentes de tratos	7.637	7.637	12.673	12.673
Variação no valor justo	6.044	6.044		3.284
Reduções decorrentes da colheita	(15.956)	(15.956)	(6.808)	(6.808)
Reduções decorrentes de vendas	(13.681)	(13.681)	-	-
Saldo final dos ativos biológicos	-	-	15.956	15.956

9 Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	2.139	2.386
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	2.678	2.770
Programa de integração social - ("PIS")	784	820
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	2.310	1.154
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	97	97
Outros tributos a recuperar	4	42
Perda estimada com realização de impostos	(2.118)	(2.350)
	5.894	4.919
Ativo circulante	2.292	1.265
Ativo não circulante	3.602	3.654

A movimentação da provisão para perda estimada com realização de impostos durante o exercício é a seguinte:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(2.350)	(2.608)
(Adições)	(127)	(109)
Reversões	359	367
Saldo no final do exercício	(2.118)	(2.350)

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

10 Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 não foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), sendo essa remuneração realizada a nível de grupo, na parte relacionada da Companhia, Brenco. A Companhia também não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, plano de previdência privada (nota explicativa nº 20), entre outros.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR/PLRO), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados são registrados em despesas administrativas, despesas com vendas e custo do produto vendido no resultado.

Além do plano de previdência privada (Vexty), mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2025 e 2024 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada.

a. Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Nota	2025	2024
No ativo circulante			
Em contas a receber de clientes - mercado interno			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	75.714	495
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	41	21
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	436	454
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	111	111
	6	76.302	1.081
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	-	68.428
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	21	21
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	3	4
		24	68.453
Total no ativo circulante		<u>76.326</u>	<u>69.534</u>
No passivo circulante			
Fornecedores			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	266	272
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	597	597
	15	863	869
Partes relacionadas			
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	23	-
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(b)	19.717	19.717
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(b)	167	231
		19.908	19.948
Total no passivo circulante		<u>20.771</u>	<u>20.817</u>
No passivo não circulante			
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	-	438.785
Total no passivo não circulante		<u>-</u>	<u>438.785</u>

b. Transações relevantes no exercício

	Nota	2025	2024
Vendas de mercadorias e serviços			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	55.360	78.909
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	-	37
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	(11)	1.958
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	58	1
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	-	2
		55.407	80.907

		2025	2024
Compras de mercadorias e serviços			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	(6.116)	(11.498)
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	(54)	(120)
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	<u>(8.696)</u>	<u>(6.471)</u>
		(14.866)	(18.089)
Repassse de despesas corporativas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	(138)	(2.906)
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(b)	-	(36)
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	(9)	(46)
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(b)	<u>(830)</u>	<u>(677)</u>
		(977)	(3.665)
Receitas financeiras			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	-	72.671
		-	72.671
Despesas financeiras			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	(10.819)	(68.224)
Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(d)	<u>-</u>	<u>(36)</u>
		(10.819)	(68.260)

- (a) Referem-se a saldos a receber ou a pagar (receita/custo) sobre comercialização de produtos entre empresas do Grupo Atvos ajustes realizados sobre saldos a receber/pagar entre empresas do grupo, classificados em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Adicionalmente, em 13 de março de 2025, a Companhia formalizou a venda do seu fundo agrícola, o qual incluiu o seu ativo biológico e sua planta portadora, para a sua parte relacionada Conquista do Pontal. O preço de venda foi estabelecido pelas partes conforme laudo de avaliação do valor de mercado desses ativos, elaborado por empresa independente e possui prazo de pagamento integral em 08 de março de 2026. A Companhia apurou prejuízo de R\$ 4.186 na operação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".
- (b) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de despesas firmado entre as empresas do Grupo Atvos. Esses saldos são realizados no curso normal das operações.
- (c) Refere-se a contrato de conta corrente e têm o propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não incidem encargos financeiros. Vale destacar que a Atvos Par, gestora do caixa único, efetuava o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas. Em 12 de junho de 2024 a Atvos Par formalizou junto à Companhia, o encerramento do referido contrato, sendo a posição em aberto entre a Companhia e a Atvos Par, amortizadas mediante aumento de capital, por sua Controladora. O efeito na Companhia é apresentado abaixo:

Atual denominação	Anterior		Movimento aumento		Atual	
	Ações ON	Capital social	Ações ON	Capital social	Ações ON	Capital social
Atvos Bioenergia Alcídia S.A.	2.869	1.413.374	781	384.620	3.650	1.797.994

- (d) Em 17 de março de 2023 foi formalizado Termo de Dação em Pagamento entre as Empresas do Grupo Atvos, onde foram transferidos os créditos detidos pelos credores financeiros da Tranche B do Plano de Recuperação Judicial naquela data à Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva"), controlada direta do novo controlador do Grupo Atvos, FIP Agroenergia, mediante a emissão e posterior integralização de 6.391.642 Debêntures entre a Soneva e os credores originais do PRJ, mantendo todas as condições previstas no referido plano, de forma que neste momento não houve modificação ou extinção da dívida original à luz do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Em 31 de março de 2023, os saldos atualizados dos créditos transferidos à Soneva relacionados à Companhia somam R\$1.803, conforme nota explicativa nº 16. Entre 17 de março e 31 de março de 2023 a Companhia apurou despesas de juros de R\$121 em

função da dação em pagamento com a Soneva. Entre 01 e 05 de abril de 2024 a Companhia apurou despesas de juros de R\$36 em função da dação em pagamento com a Soneva.

11 Investimentos

Nenhuma das coligadas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em coligadas:

	2025	2024
Investimento em coligadas avaliada por equivalência patrimonial		
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>3.592</u>	<u>3.125</u>
	3.592	3.125

a. Movimentação dos saldos de investimentos em coligadas

	2024	Resultado com equivalência patrimonial	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>3.125</u>	<u>467</u>	<u>3.592</u>
	3.125	467	3.592
	2023	Resultado com equivalência patrimonial	2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>2.752</u>	<u>373</u>	<u>3.125</u>
	2.752	373	3.125

b. Informações das investidas

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras das coligadas.

Empresa	Participação	Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido		Resultado		Resultado com equivalência patrimonial	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	0,32	1.445.163	1.192.757	318.994	213.126	1.126.169	979.631	175.677	152.307	467	373
		<u>1.445.163</u>	<u>1.192.757</u>	<u>318.994</u>	<u>213.126</u>	<u>1.126.169</u>	<u>979.631</u>	<u>175.677</u>	<u>152.307</u>	<u>467</u>	<u>373</u>

(i) Conforme o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial.

12 Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a. Composição

	2025		2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos e instalações industriais	173.309	(116.217)	57.092	64.214
Benfeitorias em imóveis de terceiros	60.062	(38.433)	21.629	24.311
Planta portadora	-	-	-	70.333
Planta portadora em formação	-	-	-	1.972
Máquinas e equipamentos agrícolas	19.180	(18.687)	493	1.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	613	(472)	141	192
Terras	776	-	776	776
Móveis e utensílios	2.801	(2.775)	26	38
Veículos	8.986	(8.725)	261	545
Equipamentos de informática	1.776	(1.772)	4	5
	<u>267.503</u>	<u>(187.081)</u>	<u>80.422</u>	<u>163.536</u>

b. Movimentação do imobilizado

	2024	Adições	Baixas	Transferências (i)	Depreciação	2025
Equipamentos e instalações industriais	64.214	12	(264)	-	(6.870)	57.092
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.311	-	-	-	(2.682)	21.629
Planta portadora (ii)	70.333	-	(54.062)	6.978	(23.249)	-
Planta portadora em formação	1.972	5.006	-	(6.978)	-	-
Máquinas e equipamentos agrícolas	1.150	-	(55)	(62)	(540)	493
Benfeitorias em imóveis de terceiros	192	-	-	-	(51)	141
Terras	776	-	-	-	-	776
Móveis e utensílios	38	-	-	-	(12)	26
Veículos	545	-	-	-	(284)	261
Equipamentos de informática	5	-	(1)	-	-	4
	<u>163.536</u>	<u>5.018</u>	<u>(54.382)</u>	<u>(62)</u>	<u>(33.688)</u>	<u>80.422</u>

	2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2024
Equipamentos e instalações industriais	72.130	7	(515)	2	(7.410)	64.214
Edifícios e benfeitorias	27.084	-	-	-	(2.773)	24.311
Planta portadora	95.513	-	-	7.115	(32.295)	70.333
Planta portadora em formação	2.981	6.106	-	(7.115)	-	1.972
Máquinas e equipamentos agrícolas	1.804	-	-	20	(674)	1.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	243	-	-	-	(51)	192
Terras	776	-	-	-	-	776
Móveis e utensílios	67	-	-	-	(29)	38
Veículos	934	-	-	-	(389)	545
Equipamentos de informática	6	-	-	-	(1)	5
Imobilizado em andamento	5	-	(4)	(1)	-	-
	<u>201.543</u>	<u>6.113</u>	<u>(519)</u>	<u>21</u>	<u>(43.622)</u>	<u>163.536</u>

- (i) No decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico de suas máquinas e equipamentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia vem identificando e segregando ativos, os quais vem sendo disponibilizados para venda, classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. A administração da Companhia iniciou processo de venda desses ativos em leilões, tendo sido concluída a venda e entrega de parte desses ativos no decorrer das safras 23/24 e 25/26. A Administração ainda possui alguns ativos que estão sendo avaliados para venda em próximos leilões e espera que as vendas sejam concluídas no decorrer da safra 25/26.
- (ii) Conforme descrito na nota explicativa nº 10 item (a), em 13 de março de 2025, a Companhia formalizou a venda do seu fundo agrícola, o qual incluiu o seu ativo biológico e sua planta portadora, para a sua parte relacionada Conquista do Pontal. O preço de venda foi estabelecido pelas partes conforme laudo de avaliação do valor de mercado desses ativos, elaborado por empresa independente e possui prazo de pagamento integral em 08 de março de 2026. A Companhia apurou prejuízo de R\$ 4.186 na operação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2025 a Companhia possuía ativo imobilizado, correspondentes a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais, planta portadora e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras no montante de R\$65.805 (R\$100.929, em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras.

13 Intangível

a. Composição

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	-	-	-	40.652
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	65.967	(32.455)	33.512	39.946
Software	2	(1)	1	2
	<u>65.969</u>	<u>(32.456)</u>	<u>33.513</u>	<u>80.600</u>

b. Movimentação do intangível

	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Ágio sobre investimentos (i)	40.652	-	(40.652)	-	-	-
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	39.946	-	-	(6.434)	-	33.512
Software	2	-	-	(1)	-	1
	39.948	-	-	(6.435)	-	33.513
	80.600	-	(40.652)	(6.435)	-	33.513
	2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2024
Ágio sobre investimentos (i)	40.652	-	-	-	-	40.652
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	46.382	-	-	(6.436)	-	39.946
Software	-	-	-	-	2	2
Software em desenvolvimento	2	-	-	-	(2)	-
	46.384	-	-	(6.436)	-	39.948
	87.036	-	-	(6.436)	-	80.600

- (i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia avaliou por realizar a baixa por *impairment* do ágio referente à parcela passível de aproveitamento fiscal sobre a sua aquisição pela sua controladora direta. A reserva de ágio, no montante de R\$ 111.600 também foi baixada.
- (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER").

Redução ao valor recuperável do ágio

De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício.

Em 31 de março de 2025, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso da unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 05 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de cana-de-açúcar, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2025):

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de desconto real
Conquista do Pontal/Destilaria Alcídia	5,00%	12,70%

- (i) o modelo não considera o crescimento nominal.

Em 31 de março de 2025, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável, o qual foi integralmente baixado, com impacto de R\$40.652, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Análise de sensibilidade

Considerando o fluxo de caixa descontado projetado, em 31 de março de 2025, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da Companhia:

Mudanças requeridas no *carrying amount* para igualar ao montante recuperável

Taxas de desconto	8,9%
Margem LAJIDA	21,2%

14 Direito de uso e passivos de arrendamento

Em 31 de março de 2025 e 2024, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:

a. Direito de uso

	2025		2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Parcerias agrícolas	-	-	68.770
	-	-	68.770

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	67.223	50	67.273
Adições por novos contratos e remensurações (i)	22.587	-	22.587
Baixas	(2.472)	-	(2.472)
Depreciação	(18.568)	(50)	(18.618)
Saldos em 31 de março de 2024	<u>68.770</u>	<u>-</u>	<u>68.770</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	24.852	-	24.852
Baixas	(82.869)	-	(82.869)
Depreciação	(10.753)	-	(10.753)
Saldos em 31 de março de 2025 (ii)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.
- (ii) No decorrer da safra 24/25 a Companhia transferiu seus contratos de parcerias agrícolas para sua parte relacionadas, Conquista do Pontal.

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de março 2025 e 2024, os passivos de arrendamento são representados por:

	2025		2024
	Custo	Ajuste a valor presente	Líquido
Parcerias agrícolas	-	-	73.237
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.237</u>
Passivo circulante			-
Passivo não circulante			11.558
			61.679

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	74.557	59	74.616
Adições por novos contratos e remensurações (i)	22.587	-	22.587
Amortização de principal	(17.509)	(59)	(17.568)
Amortização de juros	(6.763)	(3)	(6.766)
Apropriação de encargos financeiros – AVP	2.837	3	2.840
Baixas	(2.472)	-	(2.472)
Saldos em 31 de março de 2024	<u>73.237</u>	<u>-</u>	<u>73.237</u>
Saldos em 1º de abril de 2024	73.237	-	73.237
Adições por novos contratos e remensurações (i)	24.852	-	24.852
Amortização de principal	(11.351)	-	(11.351)
Amortização de juros	(8.807)	-	(8.807)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	4.938	-	4.938
Baixas	(82.869)	-	(82.869)
Saldos em 31 de março de 2025 (ii)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.
- (ii) No decorrer da safra 24/25 a Companhia transferiu seus contratos de parcerias agrícolas para sua parte relacionadas, Conquista do Pontal.

Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	2025	2024
1º ano	-	11.558
2º ano	-	11.429
3º ano	-	10.301
4º ano	-	8.964
5º ano	-	3.013
A partir do 6º ano	-	27.972
	<u>-</u>	<u>73.237</u>

15 Fornecedores

	Nota	2025	2024
Fornecedores - no Brasil:			
- materiais, serviços, investimentos e outros		3.738	4.892
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas		772	-
- produtos acabados		55	26
- PRJ		825	242
- partes relacionadas	10 (a)	863	869
		<u>6.253</u>	<u>6.029</u>
Classificados como:			
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores		5.428	5.787
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ⁽¹⁾		406	121
<u>Passivo não circulante</u>			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ⁽¹⁾		419	121
		<u>6.253</u>	<u>6.029</u>

- (1) Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 29.

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade ² e classificação		Encargos anuais vigentes			2025	2024 (Reapresentado)	Vencimento
de acordo com o PRJ	Nota	Taxa	Indexador	Moeda			
Finem	(a)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	78.246	66.574	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	(10.339)	(10.339)	
					67.907	56.235	
Crédito Agroindustrial	(b)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	9.608	8.175	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	(1.270)	(1.270)	
					8.338	6.905	
Finame	(c)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	3.363	2.862	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	(444)	(444)	
					2.919	2.418	
PESA	(d)						
Não submetidos ao PRJ		0%	SELIC	BRL	5.907	7.148	2027
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	99	91	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A)	BRL	(6)	-	
					6.000	7.239	
					85.164	72.797	
Passivo circulante					1.509	1.472	
Passivo não circulante					4.398	5.676	
Passivo não circulante – sujeito ao PRJ					79.257	65.649	

Legenda:

CDI: Certificado de Depósito Interbancário
PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
PRJ: Plano de Recuperação Judicial

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 29.

- (1) Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação da Companhia, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas à 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas no termo do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 – Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R\$835. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um *haircut* de R\$5.100, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R\$38.546, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2.
- (2) As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Gerado de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano.
- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (e) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (f) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.

- (g) Securitização de dívidas, asseguradas junto às instituições financeiras, através de aquisição no mercado secundário de Certificados do Tesouro nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante ao resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras.

Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	2025	2024 (Reapresentado)
Saldo anterior	72.797	138.482
Assunção de dívida pela controlada direta - Nota 19 (a)	-	(31.803)
Amortização de principal	(1.400)	(1.901)
Amortização de juros	(542)	(4.134)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	12.308	13.596
Amortização de custos de transação	-	40
Baixa de custos de transação	-	1.100
Reversão da provisão de juros e variação cambial - <i>haircut</i>	-	(5.100)
Valor justo Tranche A	-	(38.546)
Amortização valor justo Tranche A	2.001	1.063
Saldo no final do exercício	85.164	72.797

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	2025	2024
2º ano	3.374	2.065
3º ano	5.327	2.837
4º ano	3.442	4.642
5º ano	3.442	3.094
6º ano	3.442	3.094
7º ano	3.729	3.094
A partir do 8º ano	96.381	89.980
	119.137	108.806

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2025, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$66.162 (R\$68.797 em 31 de março de 2024 (Reapresentado)) e os saldos contábeis totalizam R\$85.164 (R\$77.513 em 31 de março de 2024).

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.

Covenants

Em 31 de março de 2025 e 2024 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

17 Salários e encargos

	2025	2024
Provisão de participação nos lucros e resultados	367	1.310
Provisão de férias e encargos	767	909
Provisão de 13º salário e encargos	122	129
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	38	39
Plano de Previdência Privada - Vexty - Nota 20	-	4
Outros	-	3
	<u>1.294</u>	<u>2.394</u>

18 Tributos a recolher

	2025	2024
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	231	311
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	282	260
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	195	-
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	20	1
Programa de integração social - ("PIS")	39	-
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB") (i)	6	4
Demais tributos a recolher	10	7
	<u>783</u>	<u>583</u>
Passivo circulante	495	319
Passivo não circulante (i)	288	264

- (i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. Nº 151, do CTN.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.797.994 (R\$1.413.374, em 31 de março de 2024) dividido em 3.650 ações ordinárias nominativas (28.697.937.211.998, em 31 de março de 2024), sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes movimentações em seu capital social:

	Ações ON	Milhares R\$
Capital social em 1º de abril de 2023	28.051.537.904.793	1.381.539
Capitalização de Tranche B (i) - Nota 16	645.738.434.386	31.803
Assunção créditos Novonor pela controladora direta (ii)	660.872.819	32
Aumento líquido do capital social	646.399.307.205	31.835
Capital social em 31 de março de 2024	28.697.937.211.998	1.413.374
Grupamento de ações (iii)	(28.697.937.209.129)	-
Aumento de capital - Encerramento "Caixa único" - Nota 10(c)	781	384.620
Capital social em 31 de março de 2025	3.650	1.797.994

- (i) Em 05 de abril de 2023, a Companhia formalizou junto à sua controladora, Atvos Par, nos termos do artigo 299 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Instrumento Particular de Assunção de Dívida, visando a implementação do Acordo de Investimentos, afim de proporcionar a concentração dos créditos da Tranche B para posterior viabilização da troca de controle, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a Controladora recebeu determinados créditos contra a Companhia, os quais foram novados nos termos do Plano de Recuperação Judicial e representavam, naquela data, um passivo atualizado perante a Soneva, no valor total de R\$31.803. Os créditos ora cedidos foram integralmente capitalizados, naquela data, na Companhia, fixados de acordo com o artigo 170, §1º da Lei das Sociedades por Ações, em tudo idênticas às anteriormente existentes, conforme demonstrado abaixo:

em 31/03/2023		Aumento		em 05/04/2023	
Ações (i)	Capital social (Milhares de R\$)	Ações (i)	Capital social (Milhares de R\$)	Ações (i)	Capital social (Milhares de R\$)
28.051.537.904.793	1.381.539	645.738.434.386	31.803	28.697.276.339.179	1.413.342

- (ii) Em 18 de abril de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer reservas e ressalvas, o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante total de R\$32 com a consequente emissão de 660.872.819 (seiscentos e sessenta milhões, oitocentos e setenta e dois mil, oitocentas e dezenove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, mediante a capitalização, neste ato, de créditos detidos pela única acionista, Atvos Agroindustrial Participações S.A., contra a Companhia, conforme Instrumentos Particulares de Assunção de Dívidas, celebrados naquela data, juntos à determinadas controladas indiretas da Novonor S.A. O capital social da Companhia passou de R\$1.413.342, para R\$1.413.374, dividido em 28.697.937.211.998 (vinte e oito trilhões, seiscentos e noventa e sete bilhões, novecentos e trinta e sete milhões, duzentos e onze mil, novecentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (iii) Em 10 de abril de 2024 a Companhia formalizou através de Assembleia Geral Extraordinária, a alteração de sua razão social e o grupamento de suas ações, conforme demonstrado a seguir:

		Ações ON		
Denominação anterior	Atual denominação	Anterior	Proporção	Atual
Destilaria Alcídia S.A.	Atvos Bioenergia Alcídia S.A.	28.697.937.311.358	10 bilhões x 1	2.869

O grupamento foi realizado sem qualquer alteração no valor total do capital social ou dos direitos e vantagens conferidos pelas ações de emissão da Companhia, sendo as frações de ações resultantes do grupamento canceladas sem qualquer remuneração aos seus acionistas.

b. Reserva legal

Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

c. Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia somente poderá distribuir dividendos a partir de 2027. Adicionalmente, a Companhia avalia os impactos e a necessidade de constituição de reservas de incentivos fiscais, na medida em que estas venham a apurar lucro contábil. Os eventuais reflexos dessa constituição são considerados, quando aplicável, nas demonstrações financeiras.

d. Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	2025	2024 (Reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(94.325)	5.608
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	3	3
	<u>(31.441,67)</u>	<u>1.869,33</u>
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - em Reais		

20 Planos de previdência privada

A Companhia mantém convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 10 integrantes em 31 de março de 2025 (10 integrantes, em 31 de março de 2024). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2025 somaram R\$15 (R\$17, em 31 de março de 2024) e dos participantes R\$ 33 (R\$ 36, em 31 de março de 2024).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2025	2024 (Reapresentado)	2025	2024 (Reapresentado)
Créditos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	1.738.923	1.683.132	1.745.708	1.689.916
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	10.451	10.655	10.451	10.655
Provisão para participação nos lucros e resultados	367	1.310	367	1.310
Passivos de arrendamento	-	73.237	-	73.237
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	539	1.398	539	1.398
Perda estimada com realização de impostos	2.118	2.350	2.118	2.350
Total base de créditos	1.752.398	1.772.082	1.759.183	1.778.866
Crédito tributário registrado (i)	3.040	20.250	1.094	7.290
Crédito tributário não registrado	435.060	422.771	157.232	152.808
Débitos				
Diferenças temporárias:				
Variação do valor justo do ativo biológico	-	(3.284)	-	(3.284)
Direito de uso	-	(68.770)	-	(68.770)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 16	(35.482)	(37.483)	(35.482)	(37.483)
Valor justo de aplicações financeiras	(5)	(5)	(5)	(5)
Atualização de depósito judiciais	(5.045)	-	(5.045)	-
Total base de débitos	(40.532)	(109.542)	(40.532)	(109.542)
Débitos diferidos totais registrados (34%)	(10.133)	(27.386)	(3.648)	(9.857)
Total líquido	(7.093)	(7.136)	(2.554)	(2.567)
Total líquido IR/CS diferidos classificado no passivo não circulante			(9.647)	(9.703)

- (i) Em 31 de março de 2025 e 2024, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	2025		2024		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo (Reapresentado)	Passivo (Reapresentado)	2025	2024 (Reapresentado)
Débitos						
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	-	-	-	901
Diferenças temporárias:						
Direito de uso	-	-	23.382	(23.382)	-	-
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	335	(1.117)	782	(782)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 1(c)	3.619	(12.064)	3.822	(12.742)	476	(8.920)
Valor justo de aplicações financeiras	1	(2)	1	(2)	-	(1)
Atualização de depósito judiciais	514	(1.715)	-	-	(1.201)	-
Total base de débitos	4.134	(13.781)	27.540	(37.243)	57	(8.802)
		(9.647)		(9.703)		

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2025	2024 (Reapresentado)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(94.382)	14.410
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	32.090	(4.899)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
- Equivalência patrimonial	159	127
- Bônus à dirigentes	-	(81)
- Custos de transação	-	(277)
- Indébito tributário - SELIC (i)	88	8
- Outras exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(8)	(20)
- Baixa ágio por <i>impairment</i>	(13.822)	-
- Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(18.450)	(4.562)
- Refis - Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF")	-	902
Despesa com imposto de renda e contribuição social	57	(8.802)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,1%	61,1%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	57	(8.802)

- (i) A Companhia possui ações judiciais com decisões favoráveis, ainda sem trânsito em julgado, amparando a exclusão da incidência tributária de IRPJ e CSLL relativo à atualização Selic (juros de mora e correção monetária) incidentes sobre os indêbitos tributários. O embasamento jurídico pela exclusão também é fundamentado pelo julgamento da matéria pelo STF no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, transitado em julgado, a qual declarou a inconstitucionalidade da sua incidência.

22 Compromissos

Na data das demonstrações financeiras atuais, a Companhia tem compromisso de comercialização para safras futuras de energia elétrica, conforme apresentado abaixo:

	até um ano	de dois a três anos	acima de três anos
Energia (MWh)	102.492	-	-

Em 31 de março de 2025, o volume contratado de energia está inserido às regras dos Leilões de Energia de Reserva ("LER"), com prazo de fornecimento previsto até 2026, os quais preveem antecipações mensais dos volumes contratados pela Comercializadora de Energia, os quais, caso o vendedor não atenda em sua totalidade esses volumes, é realizado o "Ressarcimento" do valor equivalente aos volumes não entregues. E, caso o volume entregue seja inferior à 90% do contratado, o "Ressarcimento" será o valor do montante não entregue, majorado em 15%. A apuração da entrega é feita ao final de cada safra.

23 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

a. Provisionadas

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	2025	2024
Processos trabalhistas	1.811	2.493
Processos cíveis	77	206
Processos ambientais	733	686
Processos tributários	398	6.963
	<u>3.019</u>	<u>10.348</u>
Passivo não circulante	<u>3.019</u>	<u>10.348</u>

As movimentações das contingências provisionadas no exercício estão apresentadas conforme segue:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	7.939	2.709	942	11.590
Adições	313	2.046	1.364	3.723
Reversões (i)	(1.289)	(1.324)	(577)	(3.190)
Utilizações	-	(632)	(837)	(1.469)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	-	(306)	-	(306)
	<u>6.963</u>	<u>2.493</u>	<u>892</u>	<u>10.348</u>
Saldo em 31 de março de 2024	6.963	2.493	892	10.348
Adições	596	1.151	137	1.884
Reversões	-	(1.650)	(149)	(1.799)
Utilizações	-	(219)	(70)	(289)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	(7.161)	36	-	(7.125)
	<u>398</u>	<u>1.811</u>	<u>810</u>	<u>3.019</u>
Saldo em 31 de março de 2025	398	1.811	810	3.019

- (i) Refere-se, substancialmente, à reversão dos processos inseridos ao Refis (PRLF) e à processos cíveis, os quais a administração do Grupo Atvos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre às partes.

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte:

Processos trabalhistas

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) indenização por danos morais. Em 31 de março de 2025, a Companhia era parte envolvida em 19 processos trabalhistas (24 em 31 de março de 2024), com prognóstico de perda provável e passíveis de provisão.

Processos cíveis e ambientais

Referem-se a: (i) indenizações de natureza diversa; (ii) sanções administrativas ambientais impostas em razão de incêndio ocorrido em área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, cuja legalidade e exigibilidade vêm sendo contestadas judicialmente, ocasião em que foram realizados depósitos judiciais dos valores objeto de discussão; e (iii) honorários de sucumbência a serem pagos aos advogados das partes contrárias.

Processos tributários

Referem-se a: (i) exigência de multa por suposta omissão de cobertura cambial relacionada à exportação; (ii) cobrança do adicional de 20% sobre a contribuição ao SENAI, em razão da cia ter superado 500 integrantes do período cobrado; (iii) glosa de créditos de PIS e COFINS; (iv) cobrança ICMS operação exportação; e (v) glosa de crédito ICMS CIAP e outros. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e a provisão para contingências foi avaliada pela administração como adequada em face às perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências.

b. Não provisionadas

A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	2025	2024
Processos tributários	33.164	31.910
Processos cíveis	-	526
Processos trabalhistas	323	416
Processos ambientais	4	4
	<u>33.491</u>	<u>32.856</u>

Processos tributários

Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se:

- (a) Cobrança de ICMS em decorrência de: (i) suposta perda de diferimento nas saídas interestaduais e aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso, (ii) cobrança de ICMS DIFAL, (iii) suposto creditamento indevido, (iv) exportações supostamente não comprovadas, (v) suposta manutenção de passivo fictício e (vi) cobrança de ICMS em operação com ICMS diferido no montante de R\$26.256 em 31 de março de 2025 (R\$25.343, em 31 de março de 2024);
- (b) Declarações de compensação, pedidos de ressarcimento não homologados e multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais. O total envolvido nos processos é de R\$6.859 em 31 de março de 2025 (R\$6.523, em 31 de março de 2024); e

- (c) Cobrança de contribuição previdenciária da agroindústria em razão da reapuração das bases de cálculo desta contribuição e da contribuição para o SENAR, nelas incluindo de forma equivocada, valores que não compõem a receita bruta proveniente da produção rural ou agroindustrial. Os processos dessa natureza somam R\$ 49 em 31 de março de 2025 (R\$44, em 31 de março de 2024).

Tratamentos fiscais incertos

Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Companhia avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Companhia deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2025, a Companhia era parte envolvida em 7 (9 em 31 de março de 2024), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) indenização por danos morais; (ii) tempo à disposição; (iii) diferença de horas extras; (iv) intervalo intrajornada; (v) adicional de periculosidade e insalubridade; e (vi) descanso semanal remunerado.

Processos cíveis e ambientais

Em 31 de março de 2025, a a Companhia era parte envolvida em 21 (21, em 31 de março de 2024), processos cíveis com prognóstico de perda possível. As demandas cíveis têm como principais pedidos indenizações por dano material e moral e ações de cobrança.

c. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são apresentados líquidos das provisões para contingências para os quais eles estão cobrindo.

	2025	2024
Processos tributários	1.532	3.700
Processos cíveis	2	1
Processos trabalhistas	43	29
	<u>1.577</u>	<u>3.730</u>

24 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta		
Mercado interno		
Energia elétrica	21.652	16.540
Cana-de-açúcar	54.451	75.134
Outras vendas	1.120	7.228
Receita bruta total	77.223	98.902
(-) Tributos sobre vendas	(4.211)	(4.090)
Receita líquida total	73.012	94.812

25 Despesas e custos dos produtos e serviços vendidos por natureza

	2025	2024
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(10.055)	(6.977)
Despesas com pessoal	(5.893)	(7.742)
Serviços de terceiros	(2.255)	(2.792)
Materiais para revenda	(17.048)	(16.691)
Taxas e encargos de energia	(1.049)	(1.187)
Outras despesas	(879)	(404)
	(37.179)	(35.793)
Depreciações e amortizações:		
da planta portadora	(24.388)	(32.050)
de ativos biológicos colhidos	(16.869)	(7.343)
de direito de uso	(10.752)	(18.617)
de ativos tangíveis e intangíveis	(17.888)	(18.128)
	(69.897)	(76.138)
Variação do valor justo do ativo biológico	6.044	3.284
	(101.032)	(108.647)
Classificados em:		
Custo dos produtos vendidos	(98.079)	(102.430)
Despesas com vendas	(2)	(5)
Despesas administrativas e gerais	(2.951)	(6.212)
	(101.032)	(108.647)

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas:		
Reversão perda estimada com realização de impostos	232	259
Venda de ativos imobilizados, líquidas (i)	63.172	1.969
Reversão passivos contingentes (iv)	204	936
Receitas de superveniências (ii)	1.768	-
Dividendos recebidos	116	68
	<u>65.492</u>	<u>3.232</u>
Outras despesas:		
Perda estimada com realização de impostos	-	(1)
Baixa ágio por <i>impairment</i>	(40.652)	-
Multa ANEEL (iii)	(4.769)	(5.542)
Multas não recorrentes (iv)	-	(1.288)
Efetivação de perdas em processos judiciais	(440)	(2.393)
Baixa do valor residual de ativos (i)	(66.738)	(544)
	<u>(112.599)</u>	<u>(9.768)</u>
	<u>(47.107)</u>	<u>(6.536)</u>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 10 item (a), em 13 de março de 2025, a Companhia formalizou a venda do seu fundo agrícola, o qual incluiu o seu ativo biológico e sua planta portadora, para a sua parte relacionada Conquista do Pontal. O preço de venda foi estabelecido pelas partes conforme laudo de avaliação do valor de mercado desses ativos, elaborado por empresa independente e possui prazo de pagamento integral em 08 de março de 2026. A Companhia apurou prejuízo de R\$ 4.186 na operação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".
- (ii) Refere-se ao levantamento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS identificados nas apurações da Companhia.
- (iii) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER).
- (iv) No comparativo, refere-se, substancialmente, à reversão dos processos tributários inseridos ao PRLF, os quais a Administração do Grupo Atvos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre as partes.

27 Resultado financeiro, líquido

	2025	2024 (Reapresentado)
Receitas financeiras:		
Juros ativos (i)	5.305	72.920
Variação monetária ativa	17	119
Rendimento com aplicações financeiras	6.147	5.147
Ajuste a valor de mercado	-	4
Valor justo aditivo Tranche A – Nota 16	-	38.546
Descontos obtidos PRJ	-	5.100
	<u>11.469</u>	<u>121.836</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos e variação monetária passiva	(23.907)	(82.090)
Ajuste a valor presente	(4.938)	(2.840)
Amortização (baixa) de custos de transação (ii)	-	(1.140)
Amortização do valor justo Tranche A - Nota 16	(2.001)	(1.063)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(320)	(268)
Despesas e comissões bancárias	(25)	(27)
	<u>(31.191)</u>	<u>(87.428)</u>
	<u>(19.722)</u>	<u>34.408</u>

- (i) No comparativo, refere-se, substancialmente, a reversão da variação monetária apurada pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, promovida pelo aditivo do PRJ, e repassada às controladas, via contrato de compartilhamento de despesas firmado entre as empresas do Grupo Atvos
- (ii) No comparativo, refere-se, substancialmente, a baixa dos custos de transação das dívidas extintas por capitalização/liquidação e extinção, totalizando R\$ 1.100, sendo R\$835 referentes à Tranche A e R\$265 referentes à Tranche B, conforme nota explicativa 16.

28 Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia são contratados conforme política estabelecida pela Administração do Grupo Atvos e garantias vigentes.

A Companhia integra o programa de segurança operacional do Grupo Atvos, qual visa a melhoria contínua da operação e da segurança de seus colaboradores, com foco em treinamento e capacitação dos times, visando, entre outros objetivos, a redução dos riscos de acidentes. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia possui contratos de seguros com coberturas para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, sendo as principais coberturas / apólices destacadas abaixo:

Item	Riscos cobertos	Grupo Atvos (i)	
		2025	2024
Risco Operacional (ii)	Riscos operacionais - “All Risks” (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como lucros cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice).	1.265.000	1.265.000
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade civil geral limite máximo de indenização de R\$ 80.000 por evento, limitado ao valor máximo de R\$ 160.000.	160.000	160.000
Responsabilidade Civil Ambiental	Garantir a proteção financeira em caso de danos ao meio ambiente decorrentes das atividades do Grupo. Essa apólice visa ressarcir os prejuízos, incluindo custos de remediação, limpeza e monitoramento, bem como eventuais danos a terceiros, incorridos por poluição ambiental.	1.000	1.000
D&O	D&O (responsabilidade civil de administradores, diretores e /ou conselheiros), com limite máximo de indenização na apólice primária de R\$50.000, com apólice de excesso limitada à R\$ 100.000.	150.000	150.000
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Proteger o Grupo contra os riscos financeiros e reputacionais resultantes de ataques cibernéticos, violações de dados e outras ameaças digitais.	5.000	5.000

(i) Corresponde ao valor máximo de cobertura para diversas localidades seguradas das empresas do Grupo Atvos.

(ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos não estão excluídas, pois têm apólice específica, tendo como referência 100% da tabela FIPE

A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

29 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

29.1 Riscos de mercado

a. *Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota explicativa nº 16). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI). Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados, se necessário, através das aplicações financeiras *offshore* e pelas receitas de exportações, estando também a Companhia, conforme anteriormente comentado, apta a contratar NDFs ou contratos de *swaps*, ainda que em 31 de março de 2025 e 2024 não existissem instrumentos financeiros contratados desta natureza.

b. *Análise de sensibilidade dos riscos de mercado*

Para a análise de sensibilidade do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus) e as projeções de dólar americano para 31 de março de 2025 para sensibilidade dos saldos em moeda estrangeira. Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde a condição de estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas projeções do dólar americano e nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras com variação de 5% nas taxas. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a uma alteração de 15% nas taxas.

O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

Instrumento	Fator de risco	Exposição	Cenário atual		Apreciação do fator de risco			Depreciação do fator de risco		
					Cenário 1 provável 5%	Cenário 2 possível 15%	Cenário 3 remoto 25%	Cenário 1 provável -5%	Cenário 2 possível -15%	Cenário 3 remoto -25%
		Valor	%	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Aplicações financeiras - Nota 5	100% CDI	28.210	12,50%	3.523	3.699	4.051	4.404	(3.699)	(4.051)	(4.404)
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(91.316)	12,50%	(11.415)	(11.986)	(13.127)	(14.269)	11.986	13.127	14.269
Resultado financeiro líquido (estimado)				(7.892)	(8.287)	(9.076)	(9.865)	8.287	9.076	9.865
Impacto adicional no resultado e no patrimônio (variação)					(395)	(1.184)	(1.973)	395	1.184	1.973

29.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	25	36
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	49.406	42.542
Contas a receber de clientes	76.302	1.081
	125.733	43.659

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

29.3 Risco de liquidez

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

	Valor contábil	Fluxo contratual			
		Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	6.253	6.253	5.834	419	-
Empréstimos e financiamentos	85.164	120.646	1.509	12.143	106.994
Partes relacionadas	19.908	19.908	19.908	-	-
Adiantamentos de clientes	36	36	36	-	-
Outros débitos	5.445	5.445	-	5.445	-
	116.806	152.288	27.287	18.007	106.994
Em 31 de março de 2024	(Reapresentado)				
Fornecedores	6.029	6.029	5.908	121	-
Empréstimos e financiamentos	72.797	110.278	1.472	9.544	99.262
Passivos de arrendamento	73.237	96.260	21.396	51.361	23.503
Partes relacionadas	458.733	458.733	19.948	-	438.785
Adiantamentos de clientes	133	133	133	-	-
Outros débitos	11.584	11.584	2.073	9.511	-
	622.513	683.017	50.930	70.537	561.550

29.4 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio.

O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento.

O capital não é administrado no nível individual da Companhia, somente no nível do Grupo Atvos.

29.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

a. Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	25	36
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	49.406	42.542
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	76.302	1.081
Depósitos judiciais	Custo amortizado	1.577	3.730
Partes relacionadas	Custo amortizado	24	68.453
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	454	69
Total dos ativos		127.788	115.911
Passivos financeiros (Reapresentado)			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	6.253	6.029
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	85.164	72.797
Passivos de arrendamento	Outros passivos financeiros	-	73.237
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	19.908	458.733
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	36	133
Outros débitos	Outros passivos financeiros	5.445	11.584
Total dos passivos		116.806	622.513

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

b. Valor justo

A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

O contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	-	49.406	-	-	42.542	-
	-	49.406	-	-	42.542	-
Passivo					(Reapresentado)	
Empréstimos e financiamentos (i)	-	66.162	-	-	68.797	-
	-	66.162	-	-	68.797	-

- (i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir:

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* e NDF. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

* * *

Bruno Pessoa Serapião
CEO

Julio Enrique Varela Gubitosi
CFO

Amanda Moyses Miranda
CRC/SP nº 342 440/O-3
Contadora



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/F498-0F3D-65D7-7441>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: F498-0F3D-65D7-7441



Hash do Documento

2B5B14846E8E11B56490E8A53412E455426FBF79C65F9C962B0287645ADB12EC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2025 é(são) :

☒ Marcos Roberto Bassi - 245.971.358-47 em 30/06/2025 17:55

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital